

HABEAS CORPUS Nº 530.594 - DF (2019/0259828-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO BOANI PAULUCCI JUNIOR - DF007711
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : EDUARDO MARTINS NETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. APLICAÇÃO DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E DA MENORIDADE RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 231 DO STJ. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDUARDO MARTINS NETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido na Apelação n.º 0016173-31.2017.8.07.0003.

Consta dos autos que o Paciente foi sentenciado, no dia 14/12/2018, à pena de 3 (três) anos de reclusão, no regime aberto, além do pagamento de 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 311 do Código Penal, e absolvido em relação ao art. 14, *caput*, da Lei n.º 10.826/2003, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Interpostos recursos de apelação, o Tribunal de origem, em 11/07/2019, deu provimento ao recurso do Ministério Público para condenar o Paciente como incurso, também, no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, condenando-o à pena de 2 (dois) anos de reclusão, mais 10 (dez) dias-multa, sendo unificada em 5 (cinco) anos de reclusão, mais 20 (vinte) dias-multa em regime semiaberto.

Nas razões deste *writ*, sustenta a Impetrante que a pena aplicada ao Paciente deve ser atenuada, mesmo que tenha sido aplicada a punição mínima em razão da confissão espontânea e da menoridade relativa e, assim, afirma que o Verbete Sumular n.º 231 desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte Superior contraria o princípio da individualização da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação das atenuantes legais, fixando-se a pena-base aquém do mínimo legal e, conseqüentemente, seja alterado o regime inicial de cumprimento da reprimenda e convertida a pena reclusiva em restritiva de direitos.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 55-56).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem em parecer sintetizado na seguinte ementa (fl. 150):

"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. DOSIMETRIA. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO E DA MENORIDADE RELATIVA. FIXAÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM."

É o relatório. Decido.

Embora se reconheça que a jurisprudência tenha flexibilizado, e até mesmo ampliado, as hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, tenho que seu espectro de cognição ainda não serve para discutir eventual *overruling*.

Isso porque, nos termos do art. 5.º, inciso LXVIII, da Constituição da República, *"conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder"*.

O Superior Tribunal de Justiça possui a função de uniformizar a interpretação da legislação federal, portanto, atribuindo sentido ao direito federal infraconstitucional. **Se há um Verbete Sumular desta Corte devidamente aplicado pelas instâncias ordinárias, significa dizer que não há ilegalidade** e, nessa medida, nem sequer é cabível a ação autônoma de impugnação.

Seja como for, o Tribunal estadual consignou que o *quantum* de pena foi estabelecido *"no mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão. Na segunda fase, presentes as atenuantes da menoridade relativa (art. 65, inciso I, do CP) e da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea d, do CP) e ausentes agravantes, mantenho a pena intermediária no mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão, em face do teor da súmula n.º 231 do Superior Tribunal de Justiça"* (fl. 45).

Como se percebe, na segunda fase da dosimetria da pena, o Tribunal de

origem entendeu que a presença de circunstâncias atenuantes não pode reduzir a pena aquém do mínimo legal, invocando a Súmula n.º 231 desta Corte (*"A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"*).

Desse modo, o acórdão impugnado espelha o entendimento consolidado no Verbete Sumular n.º 231 deste Superior Tribunal, pelo qual "[a] *incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal*", o que afasta o alegado constrangimento ilegal, como demonstram os seguintes precedentes das Quinta e Sexta Turmas, a título ilustrativo:

"HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO USO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DE ATENUANTES. INVIABILIDADE. PENAS-BASE FIXADAS NO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N.º 231/STJ. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

2. As penas-base foram fixadas no mínimo legal, o que impede a incidência de circunstâncias atenuantes, a teor do enunciado da Súmula n.º 231/STJ ('A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal').

3. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 467.365/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019; sem grifos no original.)

"PENAL. [...]. PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA, NA FASE INTERMEDIÁRIA, AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL PELO RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 231 DESTA CORTE SUPERIOR. [...]. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

III - O posicionamento perflhado pela r. sentença condenatório (fl. 23), mantido pelo v. acórdão impugnado, está em consonância com o entendimento pacificado nesta Corte, conforme o teor da Súmula 231/STJ, in litteris: 'A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.'

[...]

Habeas corpus não conhecido" (HC 489.770/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora